

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LITERATURAS CONTEMPORÂNEAS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Carolina P. FEDATTO*

- **RESUMO:** O processo de internacionalização da língua portuguesa por meio da literatura é uma política linguística contemporânea marcada tanto pela história da colonização quanto pelo recente fenômeno da mundialização. À luz da análise de elementos pré-textuais em edições atuais de produções literárias vinculadas aos Estados membros da CPLP, buscaremos compreender o papel da materialização da literatura em livro e suas relações com a produção de um imaginário de unidade para língua portuguesa e como a noção de lusofonia mantém a dessimetria entre as línguas, as culturas e as nações que têm o português como língua oficial.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Literaturas em língua portuguesa. Colonização linguística. Materialidade literária. Mundialização/Globalização.

Colonização e políticas linguísticas

O sintagma **literatura de língua portuguesa** envolve a projeção de um efeito de completude e unidade nas representações da língua e sua literatura, já a possibilidade de se falar em **literaturas de/em línguas portuguesas** no plural traz a ideia de singularidade para essas representações. A tensão entre esses dois fatos de linguagem nos interessa na medida em que testemunha a história da colonização portuguesa no mundo. Há um crescente interesse pela divulgação e pela compreensão das produções literárias nos diversos países que têm a língua portuguesa como oficial. Este breve estudo pretende discutir, mediante a análise de elementos editoriais pré-textuais, como capa, contracapa, ficha catalográfica, apresentações e coleções, as relações entre as nações falantes de português e o estatuto de suas literaturas e autores no cenário internacional. A Editorial Caminho, por exemplo, mantém a coleção “Outras margens – autores estrangeiros de língua portuguesa”, na qual publica livros do moçambicano Mia Couto; dos angolanos José Luandino Vieira, Ondjaki e Ana Paula Tavares; dos brasileiros Amílcar Bettega e João Paulo Cuenca; dos cabo-verdianos Arménio Vieira e Germano Almeida, e outros, em suas cinco dezenas de títulos. Com a nomeação dessa coleção, a

* UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Departamento de Estudos Linguísticos. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – carolinafedatto@yahoo.com.br

editora portuguesa assume uma posição diante dessas literaturas: ao adjetivar os autores como **estrangeiros**, ela determina a nacionalidade da língua portuguesa, já assinalada em seu próprio nome, e marca também a estrangeiridade dessas produções. É um primeiro indício de que a língua portuguesa, antes circunscrita a Portugal, ultrapassou essa fronteira.

Interessante é notarmos que mesmo que as línguas, em seu real, não suportem a completude, elas emprestam do idioma a **força aglutinadora** que as identificará como um todo coeso e idêntico às representações sociais. É como **idioma** que a língua se deixa projetar como uma unidade colada ao imaginário social e determinada por imposições de ordem histórica (DIAS, 2005). E, por sua vez, é como produção vinculada a um idioma que a literatura se disciplina institucionalmente como pertencente ou advinda de uma língua específica, mas representando universos culturais diversos, num processo histórico que confirma e produz efeitos de unidade linguística e nacional.

Como já dissemos, as literaturas em língua portuguesa extrapolam as fronteiras de uma única nação, já que essa língua se tornou também a **língua literária** de países descolonizados. Mas nem por isso as fronteiras foram apagadas; pelo contrário, elas estão cada vez mais marcadas, só que por meio de outros mecanismos, diferentes daqueles ligados à emergência da modernidade. As relações entre línguas, contudo, sempre engendraram uma tensão fundadora que movimenta suas **formas-históricas** entre unidade (apagamento das diferenças em favor da uniformização) e singularidade (reivindicação das diferenças em favor da pluralidade). No caso dos países lusófonos, **língua nacional e língua de colonização** são as principais formas que atuam, se sobrepõem e se confundem na disputa pelo dizer. Historicamente, o português descende do galego-português, que “[...] é a forma que toma o latim no ângulo noroeste da Península Ibérica.” (TEYSSIER, 2001, p.3), e se afirma como língua nacional de Portugal no momento de consolidação dos estados nacionais, quando a transformação do latim vulgar nos vernáculos românicos se beneficia de certa estabilidade em razão da emergência de territórios unificados. A precoce unificação nacional aliada ao desenvolvimento econômico e tecnológico dá aos portugueses condições para a expansão ultramarina e a conseqüente colonização dos territórios encontrados.

No momento mesmo em que se nacionaliza, a língua portuguesa faz um movimento de internacionalização baseado na força e na imposição: ela toma a forma de **língua de colonização**. Mas para garantir a eficácia da conquista, o português se associa às línguas autóctones, gramatizando-as com base em sua técnica descritiva (AUROUX, 1992),¹ integrando vocábulos específicos,

¹ A gramatização é definida por Auroux (1992) como sendo uma transferência de tecnologia de uma língua para outra e que não é nunca independente de uma transferência cultural mais ampla. No caso da gramatização das línguas indígenas e africanas, trata-se de uma **exotransferência**, pois os sujeitos

misturando sintaxes e prosódias, formando, assim, **línguas francas, de contato**.² Como reitera Bethania Mariani (2008), todo processo de colonização impõe de forma violenta a língua do colonizador, mas essa língua irá se confrontar com outras num jogo de forças que produzirá, pelo contato linguístico e social, um lugar de dizer diferenciado e decisivo na constituição da **língua nacional**. A língua resultante da colonização não será nem a do colonizador nem a do colonizado, pois a **colonização linguística** modifica as duas e constrói um território social, política e linguisticamente heterogêneo onde se inscrevem os sujeitos dessas línguas. Ao lado de tentativas de conter a fluidez do convívio entre as diversas línguas, com a descrição/instrumentação de algumas e a determinação de seus contextos de uso, assiste-se também ao cruzamento prosódico, sintático e semântico que produzirá línguas portuguesas histórica e linguisticamente distintas (MARIANI, 2008), dando origem também a produções literárias e culturais específicas que têm essa **língua outra** como causa e suporte.

Em toda relação entre línguas atua, pois, uma **política linguística** específica que tenta **organizar as práticas significativas** e as forças sociais que estão em jogo. As políticas linguísticas têm um caráter **técnico, restritivo e regulador** dos sentidos e das histórias que estão circulando (MARIANI, 2004). Segundo Orlandi (1998) e Mariani (2004), a formulação dessas políticas assume posições diferentes dependendo das condições sócio-históricas. Buscando a identidade nacional em detrimento da diversidade regional e das influências estrangeiras, o Estado e as instituições invocam a **unidade como valor**. No caso do contato entre povos, nações e Estados, como ocorre com as conquistas e colonizações, **a dominação** é tida como valor que impõe uma língua sobre outras, seja pelo contato, pela força, seja pela lei. Já quando os falantes são considerados, a **diversidade** passa a contar na formulação de políticas que pretendem garantir as diferenças linguísticas. Essas políticas não são isoladas da ideologia nem da imagem que se tem das línguas, o que por um lado acirra formas de dominação e controle linguísticos, mas também provoca resistência e mudança de sentido (MARIANI, 2004).

Mesmo sendo a colonização violência e imposição, ela não é capaz de impedir a circulação de formas de resistência e transformação. A colonização produz, dessa forma, uma contraparte: a descolonização, e com ela inicia-se um novo processo de (inter)nacionalização da língua portuguesa, assim como de confirmação de sua heterogeneidade e da necessidade de unificação. Considerando a situação linguística dos países (des)colonizados, Mariani (2008) ressalta que as posições podem se dividir entre o acolhimento da língua do colonizador, reconhecendo-se a ex-colônia como tributária desse legado, ou sua rejeição em favor de um nacionalismo linguístico vinculado a tradições locais. No entanto, a complexidade

que efetuam a transferência não são locutores nativos da língua para a qual ocorre a transferência.

² Como foi o caso, por exemplo, da língua geral no Brasil colônia e o tétum no Timor Leste.

da questão nos leva a afirmar que a língua da metrópole, aceita ou negada como língua oficial da ex-colônia, **nacionaliza-se**, isto é, transforma-se em língua nacional mediante recobrimentos e confrontos com outras línguas (locais e de imigração, mesmo não oficiais) em consequência da memória político-histórica da colonização (MARIANI, 2008). Na contradição entre essas três ordens de inscrição da nação descolonizada na língua do conquistador, forja-se uma relação singular, mas recorrente, da língua portuguesa com espaços e povos outros – tanto no que concerne a Portugal quanto no que concerne ao que eram e ao que são esses países, suas línguas e literaturas depois da colonização.

Nesse sentido, a criação da imprensa (que é contemporânea à exploração massiva do planeta) assume um papel fundamental, pois permite a multiplicação do mesmo texto a um custo menor por exemplar, o que contribui para sua divulgação. O fenômeno de escrita da língua muda, assim, de dimensão, já que a imprensa separa a produção intelectual do texto de sua reprodução material. Pode-se copiar indefinidamente o mesmo texto, mas é preciso fornecer aos impressores que os comprem “produtos frescos”, além de renovar e ampliar o mercado leitor. Esse é o primeiro passo na direção da **mercantilização** das línguas e das literaturas. Como operação material de reprodução do mesmo, a imprensa pode alcançar mais leitores e, em termos linguísticos, tem como consequências a normalização dos vernáculos, a instituição de regras ortográficas e de pontuação e a regularização da morfologia (AUROUX, 1992). Tendo em vista, entretanto, o fato de que as línguas mudam não só com o passar do tempo, mas também com as especificidades materiais de sua produção e com transformações políticas e sociais nos espaços onde circulam, a necessidade mercantil de normalizá-las não cessa de colocar novos temas a equacionar; haja vista o recente acordo ortográfico em vigor desde de 2009 e assinado em 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Segundo Auroux (1992), a difusão do livro impresso constitui um espaço ilimitado no qual os idiomas ficam liberados das variações geográficas, tornando-se **isótopos**, ou seja, uniformes num determinado território nacional. Mas a descolonização consolida formas **transnacionais** da língua portuguesa, engendrando novas formas de variação e, portanto, novas demandas por unificação. A produção literária contemporânea dos países de línguas portuguesas é marcada por essa história e se, de fato, ela é culturalmente heterogênea, no âmbito das políticas linguísticas há um projeto de uniformização por meio, dentre outros fatores, da estabilização de um cânone literário supranacional, mas centralizado. Nesse contexto, a literatura pode ser considerada um importante meio de circulação dessa tensão entre unidade e singularidade. A difusão da língua portuguesa pela diversidade literária pretende restringir a heterogeneidade à esfera cultural e criar uma unidade linguística para o português que imaginariamente se esquece

da história da colonização e coloca essa língua homogeneizada no campo da mundialização, como se as diferenças entre os diversos **espaços de enunciação**³ pudessem ser completamente administradas via legislação.

Mundialização, língua e literatura

Os anos 1990 marcam a ascensão do capitalismo financeiro baseado na livre circulação de mercadorias instaurando uma nova ordem de relações internacionais. Esse enfraquecimento do controle nos limites nacionais não se percebe somente no campo econômico, também a cultura e a sociedade são afetadas por essa maior permeabilidade nas fronteiras. Muitos autores se dedicam a mostrar os sintomas dessa mudança, dentre eles Habermas, afirmando que a globalização⁴ restringe a atuação dos Estados nacionais em seus territórios, visto que ações protecionistas, por exemplo, não produzem o efeito de antes numa economia de alcance global em virtude da saturação de alguns mercados nacionais. A mundialização econômica destrói, segundo o filósofo, a configuração histórica que havia permitido, ainda que provisoriamente, um comprometimento do Estado com os custos sociais inerentes ao capitalismo (HABERMAS, 2001). É nesse contexto de crise das soberanias nacionais que surgem instituições supranacionais, como a União Europeia (1992) e o Mercosul (1991), que buscam formalizar acordos e obrigações comuns a fim de garantir e promover interesses eminentemente econômicos. Crítico dessas atitudes, Habermas (2001, p.70) pondera que, se, por um lado, a formação de unidades políticas maiores pode parecer necessária à “[...] “recuperação” da política diante das forças da economia globalizada.”, ela leva também a **alianças defensivas contra o resto do mundo** e não altera por si só o estatuto da concorrência por uma posição de destaque internacional. Não podemos nos esquecer de que em uma sociedade mundial estratificada há posições **inconciliáveis** fundadas em **interdependências assimétricas** entre os países desenvolvidos, os recentemente industrializados e os subdesenvolvidos (HABERMAS, 2001).

Esse é também um período de mudança nas políticas linguísticas para a língua portuguesa. Com a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em 1999,

³ Na conceituação de Guimarães (2005, p.18), os **espaços de enunciação** são espaços políticos de funcionamento das línguas, onde “[...] elas se dividem, redividem, se misturam, se desfazem, transformam, por uma disputa incessante.”

⁴ Processo caracterizado pela “[...] quantidade cada vez maior e a intensificação das relações de troca, de comunicação e de trânsito para além das fronteiras nacionais. [...] O termo encontra igualmente aplicação na expansão intercontinental da telecomunicação, do turismo de massa ou da cultura de massa, bem como nos riscos transnacionais da técnica de ponto e do comércio de armas, nos efeitos colaterais mundiais do ecossistema explorado ou no trabalho conjunto internacional de organizações governamentais e não-governamentais.” (HABERMAS, 2001, p.84).

o **português**, esse nome que faz (não) coincidir povos e línguas, passa a ser objeto de políticas uniformes e específicas que afirmam sua transnacionalidade em vista do poder estratégico que uma língua **pluricontinental** e **pluricultural** pode ter geopoliticamente, prometendo vantagens recíprocas a todos os seus membros. Nesse contexto, a promoção da lusofonia se dá mediante a afirmação da língua portuguesa como **língua oficial** em oito países (distribuídos em quatro continentes), **língua veicular** nos países da CPLP e fora deles por intermédio de seus emigrantes, **língua de escolarização e administração**, **língua de prestígio cultural** (literário, musical, turístico), **língua que está na origem de outras línguas** (os chamados crioulos de base portuguesa) e, finalmente, **língua de comunicação** em fóruns internacionais.⁵ Em organizações como a CPLP e o IILP, a natureza política da iniciativa se mistura à atribuição de um caráter cultural à língua, disfarçando, de certa forma, a dissimetria da afinidade histórica e linguística entre um país colonizador e países descolonizados também desiguais entre si no que concerne ao desenvolvimento socioeconômico.

A uniformização das línguas portuguesas sob a noção de **lusofonia** e a materialização de suas literaturas em **mercadoria** tomam, então, proporções mundiais, tornando-se fatores determinantes na produção e confirmação da desigualdade. Entendemos a literatura como um gênero discursivo que produz e reflete modos de identificação com a língua, com a sociedade e com os seus territórios e que precisa de suportes materiais para sua circulação. Esse suporte pode ser oral, escrito ou digital, e essa concretude determina os modos de circulação de uma produção literária. A materialidade da literatura define, pois, suas condições de leitura, seu alcance, sua influência. Um texto gravado ou declamado, impresso ou manuscrito, editado pelo autor ou por grandes casas editoriais, divulgado em páginas eletrônicas independentes ou vinculadas a organizações consolidadas internacionalmente terá, certamente, diferentes repercussões.

Não só os aspectos históricos, sociais e linguísticos influem na circulação literária, mas também, como pretendemos enfatizar, a economia e a política participam do modo como a língua portuguesa se historiciza nas literaturas de cada um dos países que a reivindicam como língua oficial e no modo como cada um desses países é agenciado no projeto de internacionalização do português como língua de poder na comunicação mundial.⁶ A promoção de uma literatura forte,

⁵ Conferir a página eletrônica do Observatório da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/lingua-estrategica1>>.

⁶ Vejam-se iniciativas recentes como a criação do referido Observatório da Língua Portuguesa (2008), uma associação com sede em Lisboa (mas com possíveis dependências em qualquer país da CPLP) que tem por finalidade observar, divulgar e projetar a língua portuguesa no mundo como língua de ensino/aprendizagem, de acesso à informação, de produção cultural e literária, de comunicação e trabalho nas organizações internacionais. Conferir os estatutos do OLP. Disponível em: <<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt>>.

coesa e canônica em língua portuguesa é parte da afirmação da transnacionalidade dessa língua e de sua multiplicidade cultural e histórica. Tanto que as organizações promotoras da língua portuguesa demonstram grande interesse e empenho na publicação de livros escritos no português dos mais variados países. Mas autores do Timor Leste, de Guiné Bissau ou de Cabo Verde, por exemplo, que publicam seus textos em editoras nacionais dificilmente alcançam leitores internacionais, ao passo que a edição em grandes casas portuguesas projeta seus livros, sua língua e seu país para um mercado leitor muito expandido. Do mesmo modo, deixar os livros portugueses circulando apenas em Portugal é restringir as possibilidades de ganho com a ampla divulgação e estímulo da língua portuguesa de Portugal e sua literatura como referência para o mundo lusófono. O Brasil entra nesse mercado como um amplificador: nós confirmamos os sucessos literários portugueses e estrangeiros editados por lá, reeditando-os com grandes tiragens e com o apoio expresso de organizações lusófonas. Uma análise dos elementos pré-textuais em edições contemporâneas das literaturas em língua portuguesa trará boas questões sobre o funcionamento dessas relações entre línguas, literaturas e nações.

Cinco paradas entre nações, instituições e literaturas

O livro *O vendedor de passados*, do angolano José Eduardo Agualusa, circula em Portugal desde 2004 pelas Publicações Dom Quixote. Em 2010 foi editado no Brasil pela carioca Gryphus, contendo tanto a menção aos direitos do autor quanto da editora portuguesa, além da referência à sua adequação ao “novo acordo ortográfico da língua portuguesa” e à catalogação do livro como “Romance angolano”. Em 2009, a editora brasileira se associou ao Ministério da Educação para lançar, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um lote de livros destinados a compor o acervo de bibliotecas escolares em todo o país. Estampada no alto da primeira capa está a inscrição “MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – FNDE – PNBE 2009” seguida de um desenho circular onde se pode ler “VENDA PROIBIDA”. Na página da ficha catalográfica, encontram-se as mesmas informações da edição da Gryphus, acrescentando-se a coparticipação do governo brasileiro na nova edição e na categorização do romance como pertencendo à “Coleção Identidades”. As duas edições brasileiras trazem uma epígrafe de Jorge Luis Borges e, nas costas da página, uma reprodução em escala de cinza do mapa político e hidrográfico de Angola.

Réquiem para o navegador solitário é escrito por Luís Cardoso, considerado pela crítica o primeiro romancista do Timor Leste. O livro apareceu em 2007 pela Dom Quixote e em 2010 saiu pela Editora Língua Geral, integrando a coleção “Ponta de Lança”, que pretende apresentar ao público brasileiro autores lusófonos pouco conhecidos. Nessa edição, a Câmara Brasileira do Livro, obedecendo aos dados internacionais de catalogação, classifica o texto do timorense como “Romances:

Literatura portuguesa”, e abaixo como “Romance português”.⁷ A quarta capa do livro traz a inscrição “Edição apoiada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas” seguida pelos logotipos da Direção Geral do Livro e das Bibliotecas e do Ministério da Cultura de Portugal.

Caso inverso é o do romance *Os malaquias*, da brasileira Andréa Del Fuego, que foi publicado em 2010 pela Língua Geral na mesma coleção de autores lusófonos, e no ano seguinte apareceu em Portugal pelo Círculo de Leitores, o único clube do livro português que desde a década de 1970 atenta para as preferências dos leitores na escolha de seus títulos. Em outubro de 2011, *Os malaquias* venceu o prêmio luso José Saramago. Curioso é que para a editora portuguesa o romance, apesar de ser brasileiro, integra a coleção “Literatura Portuguesa”.

Outro romance editado como pertencendo à coleção “Ponta de Lança” revela que o angolano José Eduardo Agualusa é o coordenador geral do projeto e sócio da editora Língua Geral, ao lado das brasileiras Conceição Lopes e Fátima Otero.⁸ *O evangelho segundo a serpente*, cujo título faz alusão tanto aos evangelhos bíblicos quanto ao *Evangelho segundo Jesus Cristo*, de Saramago, é de autoria da portuguesa de origem islâmica Faíza Hayat (2006), e foi um dos primeiros títulos lançados pela editora carioca na referida coleção, juntamente com outra autora portuguesa Patrícia Reis, com *Amor em segunda mão* e duas produções brasileiras, *Dicionário de pequenas solidões*, de Ronaldo Cagiano, e *Sobre a neblina*, de Christiane Tassis. O livro de Faíza foi lançado em 2006 simultaneamente pela Dom Quixote e pela Língua Geral, contando com a apresentação do moçambicano Mia Couto e a catalogação pela Câmara Brasileira do Livro como “Ficção portuguesa”.

Já *Jerusalém*, do escritor português nascido em Angola Gonçalo M. Tavares, conheceu uma trajetória diferente. O romance é parte da tetralogia *O Reino* e foi publicado primeiramente em 2004 pela Editorial Caminho, tendo recebido os prêmios LER/Millennium BCP de 2004 e José Saramago de 2005. Um ano depois, foi editado pela paulista Companhia das Letras com o apoio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e do Ministério da Cultura, sob o *slogan* “Portugal em acção”, e foi agraciado no Brasil com o Prêmio Portugal Telecom de 2007. Ainda na primeira reimpressão datada de 2011, a folha da ficha catalográfica menciona o fato de que “a editora optou por manter a grafia do português de Portugal”, apesar da vigência do acordo ortográfico, além de reconhecer o texto como pertencente à categoria “Ficção: Literatura portuguesa”.

⁷ Assim acontece também com as edições pela Companhia das Letras dos romances de Mia Couto (1992, 2007, 2008), catalogados ora como “Ficção portuguesa” e “Ficção: Literatura: portuguesa”, ora como “Romance moçambicano” e “Romances: literatura moçambicana em português”. Essa variação parece não obedecer a critérios cronológicos ou temáticos.

⁸ Cf. jornal *O Globo* de 24 out. 2006, em matéria publicada sobre as estreias da editora: “Editora vai lançar obras de língua portuguesa: Língua Geral põe nas livrarias oito títulos.”

Vemos que as filiações nacionais de autores e obras são sobrepostas pela nacionalidade das editoras. O importante no mundo literário contemporâneo é publicar seus livros por casas portuguesas e brasileiras.⁹ A origem pátria dos autores é muitas vezes convocada como fator de exotismo e apologia da diversidade, mas não chega a construir, de fato, literaturas nacionais (como no caso do timorense Luís Cardoso, cujo livro é classificado como romance português, ou de Gonçalo M. Tavares, que tem naturalidade angolana, mas é considerado um escritor português que produz literatura portuguesa). Note-se ainda a valoração que se faz ao qualificar um texto literário como ficção, romance ou literatura propriamente dita. Do gênero à expressão artística por excelência os sentidos deslizam na medida do ingresso do autor no cânone literário.

Vemos, portanto, que na conjuntura econômica globalizada, a transposição das fronteiras nacionais determina um fluxo assimétrico das mercadorias que materializam a literatura e as línguas, o que implica dizer que as tentativas de uniformização das línguas portuguesas e catalogação de suas literaturas apresentam a mesma característica desigual presente nos outros ramos da globalização e também no processo colonizador. A mundialização da língua portuguesa por meio da literatura é determinada por uma disparidade de forças com relação às línguas nacionais e de imigração, mas por políticas que constroem juridicamente uma unidade imaginária ao mesmo tempo que se beneficiam da heterogeneidade das produções literárias em língua portuguesa.

A produção literária contemporânea, isto é, do período da globalização que se dá no início dos anos 1990, se mostrou um espaço importante de reflexão acerca dessa heterogeneidade linguística e cultural, pois ela materializa tanto a administração da diferença entre as línguas portuguesas quanto a produção da literatura como uma mercadoria que legitima/veicula culturas nacionais inscritas numa determinada conjuntura histórico-econômica, a da mundialização.

Ao final deste breve estudo, afirmamos que mesmo se imposta violenta e/ou consensualmente, e administrada sob a noção limitadora de lusofonia, a língua portuguesa não é somente uma língua de Estado, autoritária, **língua de madeira** (GADET; PÊCHEUX, 2004); nem artificial, cortada de seu espaço enunciativo, **língua de papel** (DELEUZE; GUATTARI, 1977).¹⁰ Vimos que a diversidade das literaturas em línguas portuguesas precisa ser contraditoriamente afirmada

⁹ José Eduardo Agualusa dá uma declaração sintomática ao jornal *O Globo* de 24 out. 2006: “Não escolhemos o mercado brasileiro por acaso. Diferentemente da Europa, onde o número de leitores não cresce mais, no Brasil há um crescimento da população e, principalmente, da população alfabetizada.”

¹⁰ “Língua de madeira” é uma expressão dos analistas de discurso franceses Gadet e Pêcheux (2004), para designar a língua tratada como um sistema fechado, doutrinário e normativo como a língua da gramática, do direito e de discursos políticos. “Língua de papel” é um sintagma cunhado por Deleuze e Guattari (1977) num estudo sobre a literatura menor, aquela praticada por minorias oprimidas ou opressoras num espaço exíguo e através de uma língua desterritorializada, de papel.

e negada para que se produza uma literatura de/em língua portuguesa com a coesão do singular do qual a lusofonia se decalca. Mas as línguas portuguesas e as literaturas produzidas nos países descolonizados são **nacionais** (em sentido forte), isto é, são produções de nações diversas que acontecem na tensão entre um imaginário de unidade e a produção efetiva da diferença – em relação às línguas oficiais/nacionais, maternas e de imigração praticadas naquele espaço nacional. Só que a presunção das organizações supranacionais que representam a unidade do mundo lusófono e colaboram para a publicação internacional das literaturas em língua portuguesa é de que essa pluralidade pode ser administrada com acordos ortográficos e catalogações internacionais que desconsideram as especificidades dessas produções a fim de que os livros, tomados como mercadoria, circulem transnacionalmente, aumentando, assim, o mercado leitor/consumidor e a influência linguística das nações economicamente mais fortes (notadamente Portugal por ser a matriz cultural e Brasil por ser uma das potências emergentes do mundo atual). É como projeção e reflexo desse percurso histórico contraditório que a unificação se produz na literatura contemporânea e a pluralidade é administrada no singular. Mediante a ideia de lusofonia, a **mundialização literária** afirma as literaturas em línguas portuguesas como irmãs ou como primas distantes, às vezes até já mortas, dependendo da afinidade econômica entre as nações em questão. Unidas pela uniformização e afastadas pela estrangeiridade, essas literaturas são significadas como tendo um vínculo natural, consanguíneo, parental. Mas enquanto não se reconhecer esse vínculo como sendo histórico – relacionado, como dissemos, à colonização e à mundialização, não haverá espaço para a elaboração da diferença que as constitui.

FEDATTO, C. P. Linguistic policies and contemporaneous literatures in Portuguese Language. **Itinerários**, Araraquara, n.35, p.133-144, Jul./Dez., 2012.

■ **ABSTRACT:** *The process of internationalization of the Portuguese Language through the literature is a contemporaneous linguistic policy influenced by the history of the colonization and the recent phenomena of the globalization. By the analysis of pre-textual elements on actual editions of some literary productions connected to the States members of the CPLC (Community of Portuguese Language Countries), we will search to understand the role of the materialization of the literature on books and its relations with the production of an imaginary of the unity to the Portuguese Language and how the lusophone notion keeps a dissymmetry between the languages, the cultures and the notions which have the Portuguese as the official language.*

■ **KEYWORDS:** *Literatures in Portuguese Language; Linguistic colonization; Materiality literary; Globalization.*

Referências

AGUALUSA, J. E. **O vendedor de passados**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2011.

_____. **O vendedor de passados**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1992.

CARDOSO, L. **Réquiem para o navegador solitário**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.

_____. **Réquiem para o navegador solitário**. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

COUTO, M. **Venenos de Deus, remédios do Diabo**. Lisboa: Caminho; São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

_____. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Terra sonâmbula**. Lisboa: Caminho, 1992.

DEL FUEGO, A. **Os malaquias**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

_____. **Os malaquias**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é uma literatura menor? In: _____. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p.25-42.

DIAS, L. F. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Org.). **Estudos da língua em uso**: relações inter e intra-sentenciais. Belo Horizonte: Núcleo de estudos da língua em uso, Grupo de estudos funcionalistas da linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, 2005. p.101-122.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HAYAT, F. **O evangelho segundo a serpente**. Rio de Janeiro: Língua Geral; Lisboa: Dom Quixote, 2006.

MARIANI, B. Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues. **Revista Gragoatá**, Niterói, n.24, p.71-88, 2008.

_____. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Ética e política linguística. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n.1, p.7-22, jan./jun. 1998.

TAVARES, G. M. **Jerusalém**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. **Jerusalém**. Lisboa: Caminho, 2004.

TESSYER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Recebido em: 30/01/2012

Aceito em: 18/12/2012